

INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO ACERCA DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

SCHOOL INCLUSION: A STUDY ABOUT THE PERSPECTIVE OF TEACHERS IN SPECIAL EDUCATION

INCLUSIÓN ESCOLAR: UN ESTUDIO SOBRE LA PERSPECTIVA DE DOCENTES EN EDUCACIÓN ESPECIAL

Jefferson Florencio Rozendo¹
Nedilson José Gomes de Melo²
Silvia Diener Cavalcanti³
Ivana dos Santos Ribeiro⁴
Vania Gomes de Souza⁵
Melca Moura Brasil⁶

RESUMO: A educação é considerada um direito de todos, um dever do Estado e da família apoiado e incentivado em conjunto com a sociedade, garantindo o desenvolvimento pessoal, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O presente estudo tem como questão problema: “Qual seria a perspectiva dos professores na educação especial?”. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral realizar uma análise acerca da perspectiva dos professores na educação especial. De modo a fornecer as informações mais precisas possíveis, o estudo empregou uma abordagem investigativa que examinou a história do sujeito com um exame minucioso, permitindo que esta pesquisa produzisse uma conclusão completa. Assim, considera-se de suma importância investir em estudos sobre as contribuições que os profissionais da educação podem trazer, considerando a relação entre recursos terapêuticos e prática educativa.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação Especial. AEE.

ABSTRACT: Education is considered a right for all, a duty of the State and the family, supported and encouraged together with society, guaranteeing personal development, preparation for the exercise of citizenship and qualification for work. The present study has as a problem question: “What would be the perspective of teachers in special education?”. Given the above, the present study has the general objective of carrying out an analysis about the perspective of teachers in special education. To provide the most accurate information possible, the study employed an investigative approach that examined the subject's history with close scrutiny, allowing this research to produce a complete conclusion. Thus, it is considered extremely important to invest in studies on the contributions that education professionals can bring, considering the relationship between therapeutic resources and educational practice.

Keywords: School inclusion. Special education. AEE.

¹Doutorando e Mestre em Educação – ACU (EUA).

²Mestre em Ciências da Educação – UNADES (PY).

³Especialista em Ciências Humanas e suas Tecnologias – UnB.

⁴Especialista em Libras – UNIDOM.

⁵Mestranda em Ciências da Educação – UNADES (PY).

⁶Mestre em Educação em Ciências e Matemática - UFG

1 INTRODUÇÃO

A educação é considerada um direito de todos, um dever do Estado e da família apoiado e incentivado em conjunto com a sociedade, garantindo o desenvolvimento pessoal, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Também pode ser vista como um fator de união que respeita a diversidade e a singularidade individual, sendo princípios fundamentais da prática educativa e devem considerar a diversidade das pessoas e dos grupos humanos. Ao fazê-lo, os sistemas educativos devem respeitar o pluralismo, a riqueza das expressões culturais dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade e a diversidade dos talentos individuais.

O processo de Educação Inclusiva é um desafio para os professores, pois cabe a eles a responsabilidade de desenvolverem novas técnicas de ensino, se tornando assim o intermediário e facilitador do método de ensino e aprendizagem. Alguns professores demonstram certa resistência para mudar o seu método de ensino, entretanto, é de suma importância o papel deles para fazer com que o processo de ensino se torne cada vez mais inclusivo, podendo atender aos alunos com necessidades especiais.

A educação inclusiva faz parte de um modelo educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que associa igualdade e diferença como estimas indissociáveis. Conforme a evolução histórica dos métodos para aplicar a Educação Inclusiva nas escolas, é possível caracterizar que, também está relacionado a progresso da qualidade das respostas educativas das instituições de ensino (SEED, 2005).

Entretanto, o professor tem um importante papel para este processo de inclusão, sendo assim, é necessário que eles aprimorem os seus conhecimentos, adquiram novas habilidades, mudem os seus métodos de ensino, para que por meio disso realmente haja mudanças significativas, e a Educação Inclusiva se torne cada vez mais comum no âmbito escolar. Porém, é válido destacar que o professor sozinho não faz inclusão, ele precisa da performance dos gestores, de recursos e reorganização dos sistemas de ensinar para poder concretizar a educação inclusiva em sala de aula.

Portanto, é responsabilidade do professor encontrar novas posturas e habilidades, compreender e intervir nas diferentes situações que enfrentam e auxiliá-los para construir propostas inclusivas que levem a mudanças significativas, baseado em possibilidades diversas. Para atingir os objetivos do processo de inclusão, deve

haver mudanças nesse processo no ambiente escolar, realizadas por meio da reflexão, compromisso e responsabilidade com os envolvidos em realidades inclusivas.

O presente estudo tem como questão problema: “Qual seria a perspectiva dos professores na educação especial?”. Diante do exposto, o presente estudo visa geral realizar uma análise acerca da perspectiva dos professores na educação especial. E como objetivo específico: descrever o conceito de educação inclusiva; citar os desafios da prática inclusiva e identificar as estratégias de inclusão trabalhadas pelos professores, na prática em sala de aula com os alunos.

Este estudo justifica-se por conta da necessidade de superar o modelo conservador de educação, o modelo de encher a cabeça de datas e fórmulas, o modelo de memorizar conteúdos, o modelo de preparação para o vestibular e ENEM.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento do artigo emprega um método científico hipotético-dedutivo. Os pesquisadores utilizam tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa em livros, periódicos acadêmicos e outras fontes para desenvolver os seus trabalhos. Os dados qualitativos selecionados dessas fontes permitem um exame aprofundado de um assunto sem considerar os resultados numéricos. Esses pesquisadores não incorporam as suas próprias crenças ou preconceitos no seu trabalho.

A pesquisa descritiva requer uma ampla gama de dados do pesquisador. Isso porque ele usa dados coletados para apresentar eventos e fenômenos numa realidade específica. O material informativo para um estudo geralmente vem de documentos. É isso que coletar informações por meio de pesquisa bibliográfica é tão importante para a maioria das atividades acadêmicas ou científicas. A pesquisa bibliográfica também alimenta a pesquisa documental, que utiliza documentos pessoais como fonte de informação (ANDRADE, 2010).

De modo a fornecer as informações mais precisas possíveis, o estudo empregou uma abordagem investigativa que examinou a história do sujeito com um exame minucioso. Reunir todos os dados apropriados permitiu que esta pesquisa produzisse uma conclusão completa. Estudos futuros contam com as informações coletadas e palavras-chave como flexibilidade no local de trabalho e ambiente de trabalho.

Para o estudo também foi utilizado a revisão integrativa da literatura feita a partir de artigos existentes, buscados por uma avaliação estabelecida e análise das confirmações providas em relação ao tema proposto. Onde por um ordenamento e sistematização da pesquisa, consiga-se contribuir no entendimento de como a literatura vem a mencionar as atribuições do professor na prática pedagógica inclusiva.

Utilizou-se, conforme Whittemore (2005), criteriosamente as seis etapas requeridas: 1) seleção da questão norteadora; 2) determinação dos critérios de inclusão e exclusão e busca na literatura; 3) definição das informações a serem extraídas e categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados e; 6) a apresentação da revisão com síntese do conhecimento produzido.

Incluíram-se artigos disponíveis na íntegra publicados em português, entre os anos de 2010 a 2022, excluíram-se as teses, dissertações, artigos de opinião e editoriais e os não relacionados com o tema. Para a análise de cada artigo selecionado levou-se em consideração a temática referente a atuação das estratégias metodológicas na perspectiva da educação inclusiva nas escolas.

3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um direito de todos que estudam no Brasil, da educação infantil ao ensino de nível superior, público e privado. Essa consignação nasce, essencialmente, da precisão de uma atenção particular aos estudantes com algum tipo de deficiência (BALL, 2011).

AEE tem como o cargo de identificar, elaborar e organizar expedientes pedagógicos e de acessibilidade que extingam as barreiras para o conhecimento dos alunos, analisando as suas necessidades exclusivas. Esta recepção acrescenta e/ou suplementa o desenvolvimento dos alunos tendo em vista à autonomia e independência na escola e fora dela (BALL, 2011).

Consideram-se serviços e soluções da educação especial àqueles que afirmam condições de ascensão ao currículo por meio da ascensão aos materiais didáticos, espaços e equipamentos, sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (MOREIRA, 2010).

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de

comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação na sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares (SALAMANCA, 2009, p. 08).

Para o atendimento às obrigações características relacionadas às altas habilidades/superdotação são criadas atividades para o desenvolvimento curricular nas escolas de ensino regular em junção com as instituições de educação superior, profissional e tecnológica, de pesquisa, de artes, de esportes, entre outros (MOREIRA, 2010).

3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No que diz respeito ao processo de integração de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas usuais, a educação inclusiva representa um avanço, pois seu objetivo principal é facilitar a transição de alunos com deficiência das escolas especiais para as escolas usuais e apoiar o processo de aprendizagem na escola regular na rede de ensino (FERREIRA; GUIMARÃES, 2008).

Devemos deixar de pensar a educação a partir de uma perspectiva simplista e reducionista, para apreendê-la a partir de uma perspectiva em que o acesso e a permanência na instituição educacional sejam realizados em condições viáveis e satisfatórias para a educação e formação de cada aluno, constituindo um direito espontâneo e natural, uma responsabilidade social e política do Estado e de cada cidadão (FERREIRA; GUIMARÃES, 2008).

A inclusão não prescreve o uso de práticas educacionais de escolas particulares para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem. Os alunos aprendem de acordo com os seus limites e se o ensino for de boa qualidade, o professor considerará esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. O repto para a educação inclusiva é projetar, identificar e organizar recursos didáticos que ultrapassem os obstáculos enfrentados pelos alunos com pré-requisitos especiais (MANTOAN, 2003).

Embora o processo ensino-aprendizagem na atenção integrada difira da educação formal, não suplanta a escolarização. A função desse serviço é integrar a

formação dos alunos visando dar autonomia a esses alunos dentro e fora da escola (MANTOAN, 2003).

As atividades dos Serviços de Educação Inclusiva incluem o ensino de linguagens específicas e códigos de comunicação, sinais e tecnologia assistiva. Isso justifica dizer que as propostas educacionais da educação regular devem ser consistentes nesse processo de atendimento, avaliação e acompanhamento dessa prática educativa nas escolas públicas e nos postos de atendimento profissional e público (MANTOAN, 2003).

No início da educação infantil, são desenvolvidos os princípios essenciais para a construção do conhecimento sobre o crescimento global do aluno. Nesse período, a grade de acompanhamento referente aos aspectos emocionais, físicos, cognitivos, sociais e psicomotores conectados à convivência com as singularidades favorece o enriquecimento pessoal, o respeito e os contatos diários dos alunos em uma determinada comunidade, seja social ou acadêmica. (FERREIRA; GUIMARES, 2008).

3.2 OS DESAFIOS DA PRÁTICA INCLUSIVA

Os desafios da educação inclusiva no Brasil são muitos, já se compreende que os estudantes que carecem de atendimentos especiais só se desenvolvem por completo quando estão em contato com outros grupos, a diversidade é agente de um ensino-aprendizagem pleno. A educação inclusiva é uma prática em edificação, devendo ser consecutivamente discutida, com o intuito de sobrepujar os desafios atribuídos por ela. O professor deve ser estimulado e apoiado pelos gestores para poderem dar conta de ressignificar a sua prática e atuar na diversidade. (MOREIRA, 2010).

A formação dos professores para uma educação que abrange a diversidade, deve sempre está de acordo com o que vivência em sala de aula. Os cursos de formação, destacam as características das deficiências, mas faltam temas pragmáticos no procedimento de instruir. É preciso proferir conhecimento com prática e analisar todas as dimensões de uma educação inclusiva. Vale ressaltar que a formação do professor engloba os serviços de apoio que a escola pode dar, a seriedade da coerência com a família e o trabalho em equipe com a participação dos gestores (FERNANDES, 2011).

Conforme a declaração de Salamanca (2009, p.01),

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda

criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se considerar a vasta diversidade de tais características e necessidades, • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (SALAMANCA, 2009, p. 01).

Ou seja, educação inclusiva é uma educação para a diversidade e isso carece ser bem abrangido para exceder as dificuldades vivenciadas na prática. A falta de informação é uma das maiores barreiras para sua efetivação. Outro desafio que esta prática encontra é o preconceito, muitas vezes ele ocorre por falta de informação e consideração do outro como um ser humano igual e digno de respeito (MOREIRA, 2010).

Conseqüentemente, o grande desafio atual da formação docente é produzir conhecimentos capazes de desencadear novas atitudes que possibilitem a compreensão de situações didáticas complexas, para os docentes poderem exercer a sua função profissional com responsabilidade, satisfação e aprendizagem para a educação. Portanto, é necessário desenvolver políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar à formação docente novas exigências educacionais e definir o perfil profissional do professor, ou seja, as competências e aptidões necessários para os professores conforme a realidade brasileira. (NAUJORKS; NUNES, SOBRINHO, 2001).

3.3 IMPORTÂNCIA DO USO DE ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A palavra estratégia, surgiu no meio militar, podendo ser compreendida como “a arte de provocar e dirigir grandes movimentos militares”, ou seja, pode-se entender que a estratégia tem o intuito de projetar, ordenar e também orientar algumas operações militares tendo como objetivo alcançar a meta proposta. No ambiente educacional, a estratégia, pode ser considerada de forma parecida, com o conceito utilizado no ambiente militar, entretanto, no ambiente escolar, utilizam-se outros

meios para poder alcançar o objetivo proposto, como, por exemplo, aplicação de atividades, brincadeiras, etc. (LUCKESI,2015).

As estratégias de ensino dão ao professor uma variedade de alternativas para planejar aulas de diferentes formas, com a finalidade de fortalecer e fornecer às estudantes possibilidades para alcançar o objetivo previsto em qualquer tarefa proposta pelo professor. Desta forma, as estratégias fortalecem o dia a dia do professor e são elementos importantes para melhorar e/ou transformar a forma de abordar um tema específico (LUCKESI, 2015, p. 103)

As estratégias de ensino, pode-se dizer que fazem parte de um grupo de decisões na qual os professores necessitam tomar em algum momento, para de certo modo auxiliar a ele a passar o conteúdo em sala de aula. Anastasiou e Alves (2014, p. 71) advertem que:

As estratégias visam à consecução de objetivos, portanto, há que ter clareza sobre onde se pretende chegar naquele momento com o processo de ensinagem. Por isso, os objetivos que norteiam devem estar claros para os sujeitos envolvidos – professores e alunos – e estar presentes no contrato didático, registrado no Programa de Aprendizagem correspondente ao módulo, fase, curso, etc. (ANASTASIOU; ALVES, 2014, p. 71).

Os procedimentos de ensino geram diversas consequências, e para deixar os procedimentos de ensino bem definidos é necessário que se tenha uma proposta pedagógica devidamente estruturada, para o docente precisar estar preparado para o procedimento que ele escolheu para aplica em sala de aula (LUCKESI, 2015).

694

No processo de ensino-aprendizagem, vários são os fatores que interferem nos resultados esperados: as condições estruturais da instituição de ensino, as condições de trabalho dos docentes, as condições sociais dos alunos, os recursos disponíveis. Outro fator é o de que as estratégias de ensino utilizadas pelos docentes, devem ser capazes de sensibilizar (motivar) e de envolver os alunos ao ofício do aprendizado, deixando claro o papel que lhe cabe (MAZZIONI, 2016, s.p.).

É necessário que o professor possua a habilidade de conseguir saber o melhor processo de ensino, no qual se adapte melhor baseando-se nas individualidades de cada um dos seus alunos, afinal cada um possui as suas próprias características.

O uso de formas e procedimentos de ensino deve considerar que o modo pelo qual o aluno aprende não é um ato isolado, escolhido ao acaso, sem análise dos conteúdos trabalhados, sem considerar as habilidades necessárias para a execução e dos objetivos a serem alcançados (LUCKESI, 2015, p. 105).

3.4 PERSPECTIVA DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Particularmente em escolas onde os diretores e coordenadores pedagógicos estão realmente envolvidos, as chances de sucesso são maiores. Criação de projetos colaborativos para observar as diferenças dos alunos com atenção especial para pessoas

com certas deficiências a aprendizagem pode ser melhorada, ou seja, com o auxílio do atendimento educacional especializado - sala AEE (MANTOAN, 2011).

Todas as crianças ou adolescentes, embora pareçam muito diferentes, tem que viver e evoluir com as suas gerações. E o local preferencial para isso é uma escola ou universidade (MANTOAN, 2011).

O papel do professor no contexto do ensino superior reflete a uma postura ativa, dialética, política e ética, tornando este educador responsável por um compromisso duradouro na vida dos alunos, bem como na autonomia destes, oportunizando espaços onde a liberdade pode ser exercida de forma criativa e espontânea (CASTANHO; FREITAS, 2017).

Os professores consideram a necessidade de utilizar recursos didáticos práticos, específicos, atrativos para o aluno, que permitam ultrapassar as suas dificuldades, aliviando a generalização do trabalho escolar. Recursos como equipamentos de tecnologia assistiva, como espessadores para uso de lápis, computadores adequados às necessidades do aluno e uso de comunicação alternativa que promovam e ampliem as habilidades de pessoas com limitações funcionais. No entanto, esse processo é ineficiente porque professores e auxiliares não recebem orientações sobre como utilizar esses recursos. É necessária a ajuda de pessoal qualificado na construção deste dispositivo de tecnologia assistiva. Ele capta a necessidade de participação de agências educacionais e de terapia ocupacional para desenvolver e identificar recursos de tecnologia assistiva (ALVES; MATSUKURA, 2012).

A necessidade de examinar a infraestrutura do ambiente escolar, tornando-a um ambiente acessível, sendo o externo institucional ambiente a que ambiente interno, como quartos, corredores, banheiros, mantendo e convalescendo esses espaços. Santos e Martins (2015) constataram que uma das maiores dificuldades dos professores em manter as salas de aula adequadas às necessidades dos alunos é a dificuldade de organizar as salas de aula devido à variedade de locais.

Nesse sentido, é compreensível que os desafios e responsabilidades a recair sobre os professores durante o processo de inclusão das crianças geralmente decorram do fato de eles não estarem preparados para conduzir com as suas especificidades. Considere ensinar trabalhos com crianças com carências educacionais especiais. “[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na

compreensão das diferenças individuais, na sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes” (CARVALHO, 2019, p. 59).

Isso se deve ao papel formativo que os professores desempenham no processo de ensino-aprendizagem. Os educadores, ao se depararem com a inclusão, deparam-se com aspectos novos, que podem estabelecer um obstáculo para a efetividade da sua prática. O impasse vivenciado pelos professores no processo de inclusão muitas vezes pode estar atrelado à má formação pós-graduada e à não modernização devido novas necessidades e descobertas no processo de inclusão, levando esses profissionais a aceitar práticas vencidas, ou mesmo inadequado para certas necessidades. Outro aspecto de grande relevância no processo de integração é a experiência com os aspectos práticos do processo de integração, o que é importante para impulsionar a melhor inclusão dentro da educação formal (CARVALHO, 2019).

CONCLUSÃO

A discussão em torno da Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva toca em percepções, atitudes, comportamentos, com raízes históricas e que insistem em permanecer no espaço escolar, dificultando e muitas vezes atrapalhando mudanças na instituição escolar.

As ideias formadas nas falas dos familiares e professores evidenciam as dificuldades que eles enfrentam para entender a inclusão escolar de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e reforçam o desconhecimento, dúvidas e incertezas sobre os benefícios e hipóteses da inclusão escolar.

Poucas foram as publicações que explicitaram as emoções vivenciadas pelos professores diante das dificuldades advindas do processo de integração escolar. A maioria dos artigos destaca apenas os aspectos técnicos fundamentais para um ensino e aprendizagem eficaz de alunos com necessidades especiais, sem focar nas emoções dos professores nesse processo.

É evidente a falta de apoio das instituições para cumprir a política de inclusão da escola, o que faz com que os professores não possam agir ou não possuam recursos e estratégias suficientes e eficazes, bem como a falta de compreensão dos professores sobre a educação especial.

É fundamental a da presença de profissionais especializados para apoiar os professores, quer seja na preparação e personalização de recursos e estratégias, quer seja para entender a deficiência e as necessidades pessoais de cada aluno. Portanto, foi apontado a ausência de estudos nacionais sobre o tema, bem como a representação de profissionais de outros setores como a saúde, como os terapeutas laborais, na educação inclusiva.

Dessa forma, considera-se a importância de investir em estudos sobre as contribuições que as práticas inclusivas podem trazer para os alunos na educação especial, de modo que a presente pesquisa possa contribuir de forma significativa para futuros debates acadêmicos e científicos sobre a temática proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A.C. J.; MATSUKURA, T.S. **O uso de recursos de tecnologia assistiva por crianças com deficiência física na escola regular: a percepção dos professores.** Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar, v.20, n.3, p.381-392, 2012.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Estratégias de ensinagem.** In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2004. p. 67-100.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BALL, S. **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem.** Educação inclusiva.11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial** |n. 27. p. 93-99, Santa Maria.2017.

FERNANDES, S. **Fundamentos para Educação Especial.** 2 ed. rev. e atual. Curitiba: IbpeX 2011.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva.** Editora: DP &A, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é, por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon. SENAC, 2011.

MAZZIONI, Sady. **As estratégias utilizadas n processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis.** Revista Eletrônica de Administração e Turismo, vol 2, nº 1, 2016.

MOREIRA, A. **A qualidade e o currículo da educação básica brasileira.** In: PARAÍSO, M.; MOREIRA, A. Pesquisador em currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 217-236.

NAUJORKS, M. I.; NUNES SOBRINHO, F. de P. (Orgs.). **Pesquisa em Educação Especial - o desafio da qualificação.** Bauru: Edusc, 2001.

SANTOS, T.C.C.; MARTINS, L.A. R. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, v.21, n.3, p.395-408, 2015.

SEED. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **De Qual Política de Inclusão Estamos Falando? Inclusão Escolar e Atendimento a Diversidade.** Texto elaborado. Curitiba; SEED/SUED/DEE: 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 2009.

WHITTEMORE, R. Combinando evidências na pesquisa em enfermagem: métodos e implicações. **Pesquisa em enfermagem,** v. 54, n. 1, pág. 56-62, 2005.